

ACOLHIMENTO FAMILIAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM OLHAR ACERCA DA MOTIVAÇÃO DA PESSOA QUE ACOLHE

Daiane MIRANDA¹

Jennifer Lima HO²

Luiz Fernando GRANETTO³

RESUMO

A introdução deste estudo aborda o acolhimento de pessoas com deficiência, destacando a relevância desse tema em um contexto social diversificado e desafiador. O problema que deu origem à pesquisa reside na necessidade de compreender as motivações das famílias que acolhem pessoas com deficiência. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender as motivações das famílias, explorando os fatores que influenciam a sua decisão de realizar esse acolhimento e como isso impacta suas vidas. Além disso, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, exploratória, sendo a coleta de dados realizada no domicílio das famílias que estão cadastradas no *Programa Cascavel Caridoso* e que acolhem adultos com deficiência, por meio de questionário sociodemográfico e de entrevista semiestruturada. Não foi necessário realizar sorteio para composição da amostra, pois todas as famílias identificadas foram convidadas a participar do estudo. No entanto, uma família não pôde ser entrevistada devido a questões de saúde. Durante a análise dos resultados, observou-se um perfil predominante de mulheres entre 41 e 60 anos como as principais cuidadoras, localizadas principalmente em áreas periféricas da cidade de Cascavel - PR. Com relação às motivações para o acolhimento, as respostas variaram e incluíram: experiências prévias como cuidadores, transição para a aposentadoria e sentimentos altruístas, demonstrando o impacto positivo do acolhimento nas vidas das famílias entrevistadas. No entanto, o processo de acolhimento também apresenta desafios, como a falta de informações sobre os programas disponíveis e a escassez de recursos e apoio adequado, salientando a necessidade de se promover a conscientização e a compreensão sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Cascavel Caridoso. Psicologia Jurídico-social. Famílias Acolhedoras. Inclusão.

¹Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - FAG. E-mail: dmiranda@minha.fag.edu.br

²Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - FAG. E-mail: jlho@minha.fag.edu.br

³Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor adjunto do Curso de Psicologia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - FAG. E-mail: luizgranetto@fag.edu.br

FOSTER CARE FOR PERSONS WITH DISABILITIES: A LOOK AT THE MOTIVATION OF THE PERSON WHO FOSTER

Daiane MIRANDA¹

Jennifer Lima HO²

Luiz Fernando GRANETTO³

ABSTRACT

This study discusses foster care for people with disabilities, highlighting its relevance in a diverse and challenging social context. The problem that gave rise to the research lies in the need to understand the motivations of families who foster people with disabilities. In this sense, the general aim of the research is to understand the motivations of families, exploring the factors that influence their decision to take in people with disabilities and how these impact their lives. In addition, the study adopted a qualitative, exploratory approach, where data collection was carried out at the homes of families who are registered with the “Cascavel Caridoso” Program and who take in adults with disabilities, using a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews. There was no need to draw lots for the sample, as all the families identified were invited to take part in the study. However, one family could not be interviewed due to health reasons. During the analysis of the results, we observed a predominant profile of women aged between 41 and 60 as the main caregivers, located mainly in peripheral areas of the city of Cascavel - PR. When asked about the motivations for foster care, the answers varied and included: previous experiences as caregivers, transition to retirement, and altruistic motivations, demonstrating the positive impact of foster care on the lives of the families interviewed. However, the foster care process also presents challenges, such as a lack of information about available programs and a shortage of resources and adequate support, highlighting the need to promote awareness and understanding about the inclusion of people with disabilities.

Key words: Cascavel Caridoso. Legal-Social Psychology. Foster care. Inclusion.

¹Psychology undergraduate student at the Assis Gurgacz Foundation University Center - FAG. E-mail: dmiranda@minha.fag.edu.br

²Psychology undergraduate student at the Assis Gurgacz Foundation University Center - FAG. E-mail: jlho@minha.fag.edu.br

³Master's degree in Education from the State University of Western Paraná (Unioeste). Adjunct Professor in the Psychology Course at the Assis Gurgacz Foundation University Center - FAG. E-mail: luizgranetto@fag.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O acolhimento de Pessoas com Deficiência (PCDs, doravante) é um tema de extrema relevância e revela não apenas um compromisso ético e moral, mas também uma motivação intrínseca por parte da sociedade, já que a inclusão desses indivíduos não se limita apenas à legislação ou à obrigação social, assim como reflete um desejo genuíno de promover igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. Além disso, Ramos (2022) destaca que entender a motivação por trás do acolhimento de PCDs é essencial para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa, afinal, o que impulsiona esse gesto vai muito além de simplesmente cumprir normas ou agir por obrigação, visa a reconhecer e a respeitar a dignidade intrínseca de cada ser humano, independentemente de suas habilidades ou limitações.

De acordo com Machado e Albuquerque (2019), o papel do Estado com relação à vulnerabilidade e à proteção de adultos com deficiência tem gerado discussões em torno da importância do apoio familiar e do acolhimento, apontando para a necessidade de se explorar como as famílias desempenham um papel crucial no cuidado e inclusão de pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, dados sociodemográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compartilhado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada em 2022, destacam que cerca de 18,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, sendo que aproximadamente 43% são pessoas entre 20 a 59 anos (Brasil, 2022), o que ressalta a importância de garantir ambientes inclusivos e oportunidades para esse grupo. Nesse contexto, explorar as motivações das famílias acolhedoras é uma forma de compreender como a sociedade pode melhorar o suporte a essas pessoas, promovendo a aceitação e diminuindo barreiras de exclusão.

Ainda conforme os dados apresentados pela Secretaria de Comunicação do governo brasileiro, pela primeira vez na história, foram disponibilizados indicadores específicos das PCDs, permitindo uma análise mais precisa de sua situação social (BRASIL, 2023a). A inclusão de perguntas sobre a existência de deficiência em pesquisas e levantamentos de dados abre caminho para uma comparação mais igualitária dos indicadores sociais entre pessoas com deficiência e o restante da população, destacando a premência de políticas e iniciativas direcionadas para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou condições (BRASIL, 2023a).

Assim, pesquisas envolvendo o fenômeno do acolhimento, frequentemente, se concentram em crianças e adolescentes, deixando uma carência de estudos abordando a dinâmica do acolhimento de adultos com deficiência. Em vista disso, no âmbito acadêmico, esta pesquisa tem grande relevância, pois contribui para o avanço do conhecimento sobre a motivação das famílias nesse processo de acolhimento, uma vez que, ao entender as motivações, os desafios e as estratégias de enfrentamento das famílias acolhedoras, será possível contribuir para abordagens mais eficazes para a construção de ambientes inclusivos, para a criação de redes de apoio adequadas e para o desenvolvimento de propostas de novas leis, se necessário.

Ademais, essa compreensão fomenta o diálogo e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão em todas as fases da vida, destacando as experiências e as motivações das famílias que acolhem, podendo também inspirar outras famílias a considerar o acolhimento e ampliar o diálogo sobre inclusão, reduzindo estigmas e promovendo uma visão mais compassiva e compreensiva das capacidades das PCDs.

Este trabalho encontra-se assim organizado: após esta introdução, a fundamentação teórica explora a história das PCDs, os programas e leis destinados a esse público, assim como os aspectos relacionados ao acolhimento; na sequência, são explicitados os procedimentos metodológicos; posteriormente, os dados são descritos e analisados; por fim, nas considerações finais, retomam-se os objetivos e a problemática da pesquisa, tecendo-se as observações concludentes.

HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No decorrer da História, conforme esclarece Granetto (2024), as PCDs eram oprimidas, discriminadas e desrespeitadas, sendo, em diversos momentos, consideradas causadoras de risco, por isso, eram abandonadas à margem da sociedade. Além disso, Ramm e Machado (2020) apontam que as PCDs foram excluídas durante muito tempo, entendendo-se que estavam amaldiçoadas. Na Idade Média, por exemplo, de acordo com Granetto (2024), foi instituído o primeiro hospital psiquiátrico, o qual foi ampliado rapidamente, entretanto, o espaço funcionava como asilo e/ou convento, um lugar de exclusão ao invés de um locus para o tratamento adequado aos pacientes. Dessa forma, as PCDs mental eram encaminhadas aos hospícios e aos abrigos, ao passo que as com deficiência física permaneciam sob cuidado de sua família ou abandonada em asilos. Já na Era Moderna, o

enfoque estava concentrado nos experimentos científicos, com um olhar desumano direcionado às PCDs.

No Brasil, ao final dos anos de 1970, após o fim da Ditadura Militar, aconteceram inúmeras mudanças sociais, advindas da reivindicação de direitos igualitários, o que incluía obviamente as PCDs, que eram excluídas e tuteladas pelos seus familiares, pela Igreja e/ou por profissionais. Em 1980, desabrocha a vontade de mudança em nome das PCDs, que se reuniram em Brasília para reivindicar seus direitos. Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (RAMM E MACHADO, 2020; MEDEIROS, 2023).

Na atualidade, com salienta Granetto (2024), mesmo existindo diversos debates e lutas sobre a inclusão, a acessibilidade e outros temas, persistem diversas barreiras a serem superadas, e a sociedade tem um papel fundamental a esse respeito. Já historicamente, a intolerância e a angústia experienciada pelas PCDs estão relacionadas ao sistema capitalista, que se baseia no acúmulo de capital e visa ao lucro, contribuindo e reproduzindo a exclusão social por conta das diferenças. Nesse viés, Cunha (2021) pontua que se elegem os indivíduos que são considerados essenciais à racionalidade de produção, ao passo que são excluídos e segregados aqueles que não estão no modelo de normalidade imposto pela sociedade.

Dentre as conquistas obtidas com as reivindicações em prol das PCDs, estão programas e leis gestados pelo Estado, como discorre-se a seguir.

PROGRAMAS E LEIS

É essencial compreender o contexto e a evolução das políticas públicas voltadas para a inclusão das PCDs. Como já se acenou, ao longo dos anos, houve um movimento progressivo em direção à garantia dos direitos e oportunidades desse público.

Um exemplo desse avanço é o *Plano Viver sem Limites*, lançado em 17 de novembro de 2011 pelo Governo Federal do Brasil, representando um marco crucial nessa trajetória, ao estabelecer diretrizes e objetivos claros para promover a inclusão e garantir os direitos desses cidadãos. Por meio do Decreto nº 7.612/17, essa iniciativa delineou áreas de atuação e mecanismos para sua implementação em todo o país, reconhecendo os desafios enfrentados pela população com deficiência e visando a construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária (BRASIL, 2011).

Após 12 anos da primeira versão do Plano, o Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023, instituiu o *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem*

Limite (Viver sem Limite II), buscando abordar a lacuna existente em uma política nacional universal para PCDs e fornecendo um apoio mais eficaz e abrangente a esse público, a fim de evitar a fragmentação que muitas vezes limitava a eficácia das políticas anteriores (BRASIL, 2023b).

Além disso, em casos que envolvam a falta de estrutura familiar adequada, uma das propostas do Plano é que os indivíduos com deficiência podem ser encaminhados para o acolhimento institucional por meio das Residências Inclusivas (RIs), que são unidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representando uma estrutura vital dentro do SUAS, idealizadas para fornecer o Serviço de Acolhimento Institucional de forma inclusiva (BRASIL, 2011).

As RIs são projetadas especificamente para atender a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, especialmente aqueles que estão em processo de transição de instituições de longa permanência. Ao oferecer um atendimento individualizado ou em pequenos grupos, com um limite de até 10 pessoas, o objetivo é promover o desenvolvimento progressivo de habilidades adaptativas para a vida cotidiana.

Migrando da esfera nacional para a municipal, encontra-se, no contexto paranaense, mas especificamente em Cascavel, a Lei nº 4.466/06, que implementou o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade. De acordo com Fermentão, Garcia e Baldasi (2021), inicialmente, essa iniciativa teve como propósito proporcionar à criança e ao adolescente seus direitos, promovendo uma atenção individualizada quando os progenitores não cumprem com seus deveres, resultando no afastamento da criança ou do adolescente da sua família de origem.

De acordo com Alvorado (2021), o município de Cascavel - PR é visto como referência no âmbito do acolhimento familiar de crianças e adolescentes. Após ser instituído o programa de acolhimento, citado no parágrafo precedente, Zago *et al.* (2022) relatam que houve grande interesse das pessoas em acolher, ocorrendo assim inúmeras efetivações e envolvimento nas famílias acolhedoras.

Se há iniciativas que primam pela proteção de crianças e adolescentes, nota-se uma escassez de leis e programas de acolhimento familiar para adultos com deficiência. O mesmo ocorre no tocante à literatura específica, com poucas pesquisas que direcionam a sua atenção a esse grupo específico da população com deficiência.

Desse modo, com base na necessidade de ampliar a rede de proteção para adultos e idosos com deficiência, o município de Cascavel - PR implementou o *Programa Cascavel Caridoso*, por meio da Lei Municipal nº 7.112, de 4 de maio de 2020, com o propósito de proporcionar acolhimento a esses indivíduos por meio de famílias acolhedoras, atendendo especificamente a adultos com deficiência e a idosos em situação de abandono ou vítimas de violência. Esse Programa é gerenciado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), conforme relatórios recentes de Cascavel - PR (2022).

ACOLHIMENTO: PROCESSOS E DESAFIOS

O processo de se tornar uma família acolhedora é um compromisso significativo que exige tanto diligência quanto empatia. Para aqueles que decidem trilhar esse caminho, de acordo com Vieira (2020), o primeiro passo reside na identificação das instituições ou agências locais responsáveis pelo programa de acolhimento. O contato com essas entidades marca o início do processo, frequentemente seguido por reuniões informativas, nas quais as famílias interessadas recebem informações detalhadas sobre os requisitos, as expectativas e as responsabilidades associadas ao acolhimento.

A autora ainda ressalta que a etapa subsequente envolve a submissão de documentos e a participação em entrevistas e avaliações domiciliares, a fim de avaliar a aptidão da família para proporcionar um ambiente seguro, estável e amoroso. Nesse momento também são verificados os antecedentes e analisadas as condições habitacionais, procedimentos padrão que visam a garantir que a família acolhedora tenha as condições necessárias para oferecer um lar adequado.

Ademais, Zago *et al.* (2022) trazem em seu estudo que, uma vez aprovada, a família participa de programas de capacitação que abrangem uma variedade de temas, desde as dinâmicas emocionais associadas ao acolhimento, até questões práticas relacionadas ao cuidado e à integração. Esse treinamento é fundamental para que as famílias estejam preparadas para os desafios inerentes ao acolhimento, permitindo-lhes oferecer suporte emocional e prático de maneira adequada.

Ao se tornar uma família acolhedora, o próximo passo, como explica Ferreira (2019), envolve o acolhimento efetivo, processo que requer paciência, comunicação aberta e compreensão, já que a criação de um ambiente físico e emocionalmente acolhedor é essencial para que o acolhido se sinta seguro e integrado.

O acolhimento familiar, para Vieira (2020), é uma prática crucial em contextos de vulnerabilidade. Os principais desafios enfrentados nesse cenário são a complexidade das histórias de vida e a diversidade de necessidades apresentadas pelos indivíduos em busca de acolhimento, sendo necessário oferecer uma abordagem personalizada que respeite a singularidade de cada indivíduo. Em acréscimo, a autora indica que garantir um ambiente acolhedor que promova a autonomia dos acolhidos é outro desafio significativo, uma vez que a busca pelo equilíbrio entre oferecer suporte e encorajar a independência demanda estratégias e abordagens cuidadosas por parte das famílias acolhedoras e das instituições envolvidas.

Com relação às dificuldades no sistema de acolhimento familiar de adultos, de acordo com Jacobina e Paiva (2020), é crucial destacar a falta de recursos e o apoio adequado, pois existe uma escassez de programas de capacitação para as famílias acolhedoras, a ausência de uma rede de suporte abrangente e a carência em abordar questões específicas, como a reinserção no mercado de trabalho e o acompanhamento psicossocial, que podem comprometer a eficácia do acolhimento.

Ao discorrer sobre o assunto apresentado, a problemática que orienta este estudo visa, desse modo, entender: *Quais são as motivações que levam as famílias a acolher pessoas com deficiência?* Essa questão intriga não apenas pela sua relevância social e humanitária, mas também pela amplitude de fatores que podem influenciar tal decisão, ficando no centro dessa problemática o entendimento das dinâmicas familiares e dos valores que permeiam as relações interpessoais. Além disso, a decisão de acolher uma PCD envolve uma série de considerações emocionais, práticas e culturais que moldam as escolhas e as prioridades de cada família.

A partir do problema apresentado, destacam-se como objetivos compreender as motivações das famílias acolhedoras de PCDs, caracterizar o perfil das famílias acolhedoras, evidenciar os principais fatores motivacionais para o acolhimento, por meio de entrevistas semiestruturadas, e identificar os dados coletados para uma análise aprofundada das motivações por trás do acolhimento de PCDs em idade adulta.

A seguir, são explicitados os aspectos metodológicos desta pesquisa.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, cujos objetivos são compreendidos como descritivos. Com relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de levantamento, que visa investigar as motivações subjacentes ao

acolhimento de PCDs por parte de famílias cadastradas no *Programa Cascavel Caridoso*. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela complexidade desse fenômeno, que envolve aspectos subjetivos, experiências pessoais e motivações intrínsecas. A natureza exploratória da pesquisa, por sua vez, é fundamental, uma vez que o tema em questão é relativamente pouco explorado na literatura, permitindo, assim, investigar um fenômeno complexo de maneira mais rica e detalhada, trazendo grandes contribuições não só para a área da Psicologia, mas também para áreas sociais em geral (SAMPAIO, 2022).

Inicialmente, a instituição forneceu uma relação com os dados das famílias que se enquadram no escopo da pesquisa, cabendo às pesquisadoras contatá-las com o intuito de agendar uma entrevista. Não foi necessária a realização de sorteio para composição da amostra, pois todas as famílias evidenciadas no levantamento fornecido pela instituição, sendo um total de oito famílias, foram convidadas a participar da pesquisa, entretanto, por questões ligadas à saúde, uma das famílias não pôde ser entrevistada, deste modo, participaram deste estudo sete famílias que acolhem PCDs por meio do *Programa Cascavel Caridoso*. A coleta de dados foi realizada no lar das famílias, com a aplicação de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada.

Os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações detalhadas sobre os objetivos, os procedimentos, os riscos e os benefícios da pesquisa. Enfatizou-se que a participação era voluntária, estando as pesquisadoras disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas que os indivíduos pudessem ter e fornecer assistência sempre que necessário.

Os dados foram coletados e compilados para realização da análise de acordo com as informações evidenciadas, tais como: idade, gênero, região de residência, renda familiar mensal, quantas pessoas moram na casa, existência de contato com deficiência na família ou de fora e já ter cuidado de outras PCDs. Por meio da entrevista, foram considerados também os principais fatores motivacionais das famílias acolhedoras de pessoas com deficiência, sendo que, ao término da coleta de dados, realizou-se a análise de conteúdo, com base na teoria de Bardin (2011), levando-se em conta as perspectivas e as experiências compartilhadas pelas famílias acolhedoras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

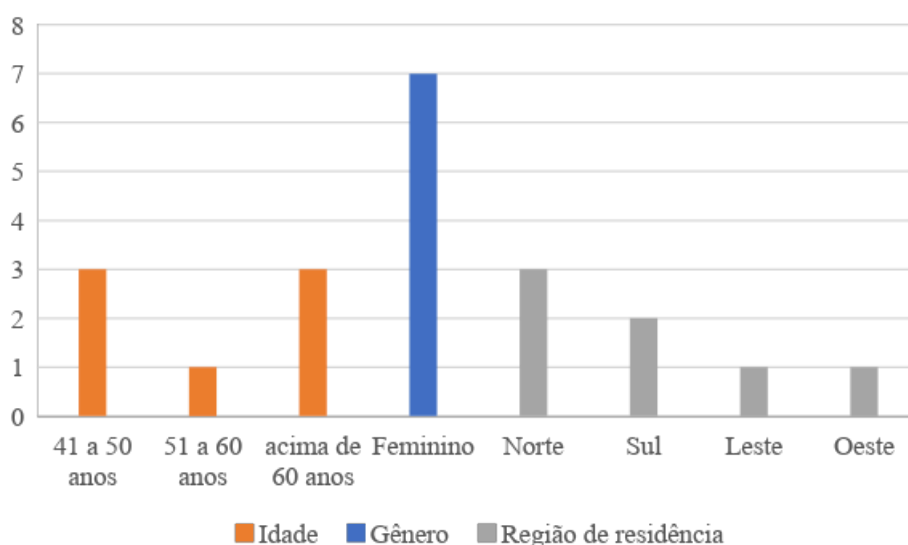
3.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Para compreender as motivações envolvidas no acolhimento de PCDs, é fundamental primeiramente caracterizar o perfil das famílias que se engajaram nesse processo. A análise dos dados sociodemográficos não revelou uma amostra diversificada em termos de faixa etária e gênero, exceto com relação à região de residência, à renda familiar e ao tamanho do núcleo familiar. Tendo isso em mente, buscando analisar os dados e discuti-los no decorrer do texto, utiliza-se a sigla FA para retratar ao termo “Família Acolhedora”.

A maioria dos participantes se encontrava na faixa etária de 41 a 60 anos. Com relação ao gênero, observou-se uma predominância do gênero feminino como o principal cuidador do acolhido. Segundo Coutinho (2021), em seu estudo, é comum que sejam as mulheres (esposas, filhas e noras) que tradicionalmente desempenham o papel de cuidadoras. O autor observa que essas cuidadoras, muitas vezes, assumem o papel de prestadoras de serviços, demonstrando competência e experiência para atender às diversas necessidades dos usuários.

Verificou-se também que as famílias estão predominantemente localizadas em áreas periféricas da cidade, especialmente nas regiões Norte, Leste e Sul, não abrangendo as regiões centrais (Gráfico 1). Essa distribuição geográfica sugere uma tendência de acolhimento em áreas mais afastadas dos centros urbanos, o que pode refletir diferentes dinâmicas socioeconômicas e culturais nessas comunidades.

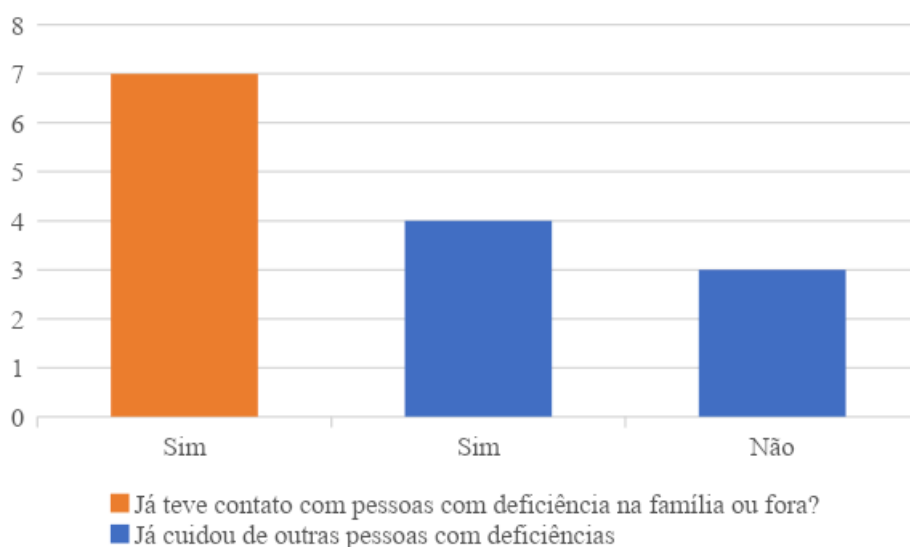
Gráfico 1 - Perfil de idade, de gênero e de região de residência das famílias que acolhem PCDs pelo *Programa Cascavel Caridoso*



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Dentre os participantes, emergiram diversas razões que os levaram a considerar e a realizar o acolhimento, refletindo uma variedade de motivações intrínsecas e extrínsecas. Algumas famílias compartilharam experiências pessoais que influenciaram a sua decisão de acolher, incluindo histórias de familiares ou amigos com deficiência, bem como vivências prévias em trabalhos voluntários ou profissionais foram citadas como elementos catalisadores desse processo. Tais observações foram correlacionadas com os dados sociodemográficos, quando as famílias foram questionadas se houve contato ou já haviam cuidado de PCDs (Gráfico 2).

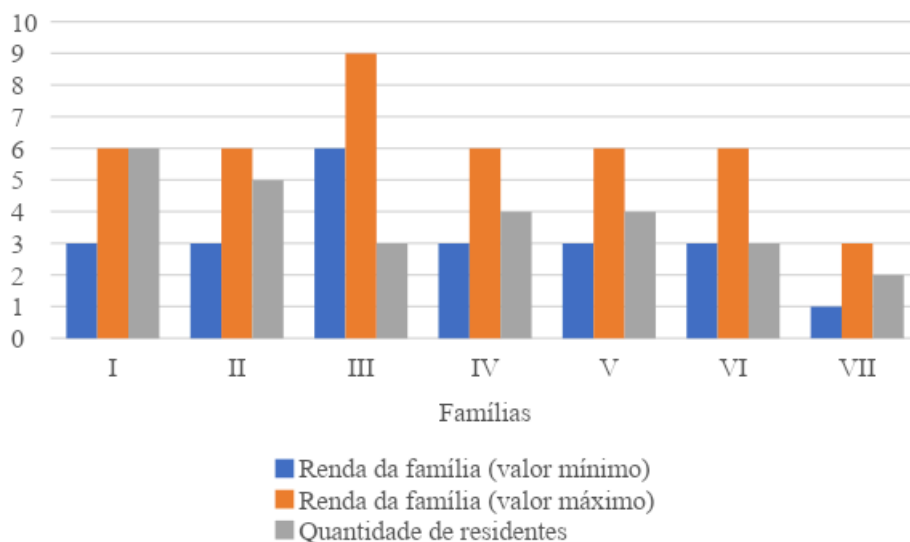
Gráfico 2 - Resposta referente à existência de contato prévio com PCDs



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Ao observarmos a renda familiar (Gráfico 3), constata-se que essa varia entre 1 e 9 salários-mínimos. Das famílias entrevistadas, cinco relataram receber de 3 a 6 salários-mínimos, renda derivada de aposentadorias, ajuda de custo disponibilizada pelo governo por acolher e rendimentos complementares do companheiro. Com relação à renda paga pelo governo devido ao acolhimento, algumas famílias compartilharam suas perspectivas: FA II – “98% faz pelo dinheiro, eles pagam bem”; FA V – “Além de uma companhia, ajuda financeiramente em casa”; FA VI – “Acolhe por amor, não por dinheiro, porque é uma merrequinha”.

Gráfico 3 - Resposta referente à renda familiar e quantidade de residentes



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Dentre as famílias entrevistadas, duas possuem rendas distintas: a FA III reside sozinha com duas acolhidas e a renda familiar varia entre 6 e 9 salários-mínimos; e a FA VII também reside sozinha com o acolhido, cuja renda é de 1 a 3 salários-mínimos. Além disso, é importante ressaltar que a FA II citou que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário-mínimo mensal às PCD que, comprovadamente, não tenham meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 2023).

Ainda com base no Gráfico 3, além da renda, a quantidade de pessoas residentes na casa de cada família é de aproximadamente 4 pessoas por residência, sendo que apenas uma delas conta com mais que 6 moradores, demonstrando que a renda não está inteiramente relacionada ao número de moradores da residência, visto que, na FA III, há três residentes e a maior renda familiar.

3.2 MOTIVAÇÕES

3.2.1 Experiência prévia de cuidador como motivação

Das famílias entrevistadas, três informaram que a motivação para o acolhimento foi a profissão desempenhada anteriormente, sendo uma enfermeira e duas cuidadoras. Nos relatos, a FA I citou que, além de ser cuidadora em hospitais, também desempenhou o papel de cuidadora nas redes pública (residências inclusivas, abrigos e centros de convivência) e privada. Segundo Sousa *et al.* (2021), a motivação por querer ser cuidador está ligada a diversos fatores, incluindo sentimentos de gratidão, de afeto, de amor e de admiração sustentados pelos laços afetivos e harmônicos.

Quando se fala sobre os cuidadores, podem-se destacar dois tipos: (i) o cuidador de familiares (pai, mãe, irmão, avô, tio etc.) que se sente no dever de desempenhar tal função; (ii) o cuidador que está presente em diversos lugares, como em residências terapêuticas, hospitais, asilos etc. Observam-se os dois tipos de cuidadores nas entrevistas com as FAs: FA VI – “*Meu irmão ficou cego e veio morar comigo*” e FA I – “*Cuidei do meu tio por oito anos*”, que se referem ao primeiro grupo, e FA III, que se enquadra no segundo, pois é uma técnica de enfermagem aposentada, que sempre teve contato com pacientes e PCDs (SOUSA *et al.*, 2021).

Sousa *et al.* (2021) ponderam também que diversos cuidadores buscam cursos e conhecimentos com profissionais da saúde para desenvolver a sua função. Mesmo que a maioria das famílias não tenha um curso de cuidador, o *Programa Cascavel Caridoso* proporciona a capacitação das famílias que têm o interesse no acolhimento, conforme já citado no decorrer deste artigo.

3.2.2 Motivações ligadas aposentadoria

A chegada da aposentadoria tende a causar um impacto significativo na vida do idoso, sendo capaz de desencadear ansiedade, ao mesmo tempo em que causa sentimento de independência, de inutilidade, de isolamento e de perda de identidade, conforme salienta Rocha (2022). Dessa forma, para alguns entrevistados, a transição para a aposentadoria representou um momento crucial, em que o desejo de se sentir útil novamente teve um papel dominante.

Com base nisso, Pereira (2020) relata que muitas pessoas enfrentam dificuldades emocionais ao se aposentarem, pois precisam encontrar novos significados para suas vidas, já que deixam de se sentir “ativas e produtivas”. Além disso, essa transição pode desencadear sentimentos negativos e contribuir para o surgimento do luto.

Tendo isso como referência, durante as entrevistas, a FA III relatou: *“Porque me aposentei e fiquei sem fazer nada, me sentia inútil. Montei um mercadinho na época da pandemia e acolhi elas”*. A FA V também se posicionou: *“Como não trabalho mais fora, sinto falta da vida ativa, [...] parece que parou a vida [...] a gente se sente sozinha”*. Diante desse cenário, de acordo com os estudos de Sousa *et al.* (2021), os idosos se veem obrigados a buscar novas estratégias de intermediação.

Portanto, ao compreender os sentimentos que podem emergir com a aposentadoria, essas narrativas ilustram como esse evento pode abrir espaço para novas atividades e responsabilidades, incluindo o acolhimento, proporcionando um senso renovado de propósito e realização. Dessa forma, Pereira (2020) destaca que garantir o bem-estar na aposentadoria não depende unicamente da história que o sujeito desempenhou no seu trabalho, mas a capacidade de ressignificação ímpar de como cada indivíduo lida com tal ruptura.

3.2.3 Motivações ligadas altruísmo

Para além da motivação relacionada à aposentadoria, algumas famílias expressaram motivações altruístas profundas, enraizadas no desejo genuíno de fazer a diferença na vida de outra pessoa e preencher um vazio emocional. A FA IV assim se expressou: *“me senti que eu deveria acolher [...] eu e meu marido [...] tem espaço [...] elas podem fazer parte da nossa família [...] vou cuidar bem delas”*. De acordo com os entrevistados, ao receberem pessoas com deficiência em seus lares, encontraram uma oportunidade para compartilhar amor, cuidado e apoio, ao mesmo tempo em que enriqueceram suas próprias vidas com novas perspectivas e experiências.

As mudanças positivas ressaltadas foram o fortalecimento dos laços afetivos, o desenvolvimento da empatia e o senso de gratificação por contribuir para o bem-estar de outra pessoa: *“A presença dela na nossa casa mudou muita coisa. Agora nos preocupamos mais uns com os outros, somos mais unidos”*. O acolhimento, na ótica dos entrevistados, criou oportunidades para se aprender e crescer como família, promovendo uma maior compreensão e aceitação das diferenças individuais.

Ademais, Delgado (2020) destaca que a motivação para acolher, conforme alguns relatos de sua pesquisa, é fundamentalmente altruísta e emocional, ressaltando que as famílias apresentavam a vontade de ajudar as crianças, oferecendo-lhes as mesmas condições que aos próprios filhos. Além dos laços de afeto e da preocupação com o bem-estar das crianças,

enfatizando que as famílias acolhedoras veem nesse gesto uma maneira de fazer uma diferença significativa na vida das crianças, promovendo não apenas seu bem-estar imediato, mas também seu desenvolvimento a longo prazo.

3.3 DESAFIOS

O processo de acolhimento, entretanto, não está isento de desafios e de adversidades. A conscientização sobre o Programa emergiu nas entrevistas, ocasião na qual uma entrevistada ressaltou: *“Precisamos de mais informações sobre o programa de acolhimento. Muitas pessoas têm interesse, mas não têm informações suficientes”*. Isso destaca a importância de fornecer recursos e esclarecimentos adequados para aqueles que desejam se engajar no acolhimento de PCDs, a fim de promover uma maior compreensão e aceitação na sociedade.

Além disso, algumas famílias enfrentaram comentários negativos de outros familiares, como estes relatos: FA II – *“Alguém fala como é louca [...] tá ficando louca”*; FA V – *“são loucos de pegar outra pessoa para criar”*; e FA VII – *“Tem uns que falam que você é doida, homem dentro de casa”*. Embora a maioria das famílias não tenha expressado preocupação quanto aos comentários, essas falas destacam a persistência de atitudes estigmatizantes com relação ao acolhimento de PCDs, mostrando a importância de uma educação contínua e uma sensibilização para promover uma cultura de inclusão e de apoio mútuo.

Com esses desafios, é fundamental que as autoridades e as organizações responsáveis reconheçam tais obstáculos e trabalhem para criar políticas e programas que promovam a inclusão e atendam às necessidades das famílias acolhedoras e das pessoas com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado apresentou resultados significativos que contribuem para o entendimento do complexo fenômeno envolvido no acolhimento de PCDs, sendo importante ressaltar que há algumas limitações que devem ser consideradas ao interpretar os resultados. Primeiramente, os dados evidenciados se referem a realidade de um município da região Oeste do Paraná, o que limita a generalização dos resultados para outras populações e contextos culturais. Além disso, a natureza qualitativa da pesquisa implica que as conclusões

são baseadas em interpretações subjetivas dos participantes, o que pode introduzir vieses e limitações na análise.

Adicionalmente, a escassez de material sobre o *Programa Cascavel Caridoso* também representou uma limitação, dificultando a obtenção de informações detalhadas sobre as suas práticas e impactos. No entanto, apesar desses fatores limitantes, os resultados obtidos fornecem informações valiosas sobre as motivações das famílias acolhedoras de PCDs e têm implicações significativas para a prática clínica e política, destacando a importância de abordagens inclusivas e empáticas com relação à deficiência e ao papel crucial das famílias no apoio e na inclusão de PCDs.

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade, conforme relatado ao longo deste texto. No entanto, avanços legislativos e iniciativas governamentais têm buscado promover a inclusão e garantir os direitos dessas pessoas, conforme programas como o *Plano Viver sem Limites* e o *Programa Cascavel Caridoso*, que representam esforços expressivos nesse sentido, fornecendo apoio e estrutura para as famílias que acolhem pessoas com deficiência.

Os resultados desta pesquisa destacam diversas motivações para o acolhimento, incluindo experiências prévias de cuidador, aposentadoria e altruísmo, em que as famílias entrevistadas compartilharam histórias de amor, de cuidado e de compromisso, demonstrando o impacto positivo do acolhimento em suas vidas.

No entanto, o processo de acolhimento também apresenta desafios, como a falta de informações sobre os programas disponíveis e a escassez de recursos e apoio adequado, enfatizando a necessidade de promover a conscientização e a compreensão sobre a inclusão das PCDs. Ao entender as motivações das famílias acolhedoras e os desafios que enfrentam, pode-se desenvolver um trabalho alinhado à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e compassiva para todos.

Em última análise, para futuras pesquisas sobre este assunto, sugere-se uma análise mais aprofundada das estratégias de apoio e de capacitação oferecidas às famílias acolhedoras, bem como uma investigação sobre o impacto do acolhimento de PCDs na comunidade em geral. Além disso, seria interessante explorar como as políticas e os programas podem ser aprimorados para atender às necessidades específicas dessas famílias e promover uma cultura de inclusão mais robusta.

REFERÊNCIAS

ALVORADO, V. D. P. **Juventudes em acolhimento familiar:** fragilização de vínculos e estratégias de fortalecimento em contexto de capitalismo dependente. 2021. 250f. Tese (Doutorado em serviço social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** pessoas com deficiência: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Pela primeira vez, PNAD Contínua reúne e disponibiliza dados sobre pessoas com deficiência.** Brasília, DF: SCS, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/pela-primeira-vez-pnad-continua-reune-e-disponibiliza-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023.** Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite. Brasília, DF: Presidência da República, DF: 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Benefício de Prestação Continuada (BPC).** Brasília, DF: MDS, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CASCAVEL (Município). Câmara Municipal. **Lei nº 4466/2006.** Dispõe sobre a implantação do programa de guarda subsidiada para as crianças e adolescentes em situações de risco social, denominado programa família acolhedora e dá outras providências. Cascavel, PR: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <http://leismunicipa.is/spart>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CASCAVEL (Município). Câmara Municipal. **Lei nº 7.112, 4 de maio de 2020.** Institui o Programa Cascavel Caridoso, acolhimento para idosos e para adultos com deficiência, e dá outras providências. Cascavel, PR: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kbymf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

COUTINHO, J. P. G. **Acolhimento Familiar de adultos idosos ou com deficiência:** o caso de uma Associação de Famílias de Acolhimento. 2021. 135f. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social – Gestão de Organizações) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2021.

CUNHA, A. C. C. P. Deficiência como expressão da questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.141, p. 303-321, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy/?format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

DELGADO, J. P. F. O ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS EM PORTUGAL – EVIDÊNCIAS E DESAFIOS. **POLÊMICA**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 023–042, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/55975>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FERREIRA, L. M. **A Família Acolhedora como Alternativa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes na Perspectiva da Proteção Integral**. 2019. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

FERMENTÃO, C. A. G. R.; GARCIA, P. M.; BALDASI, M. V. S. B. S. Instrumentos para efetivação do direito à convivência familiar e comunitária: política pública de acolhimento familiar visando a dignidade humana. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, Bebedouro, v. 9, n. 1, p. 136-170, 2021. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/577>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GRANETTO, L. F. **Educação inclusiva: um enfoque histórico no município de Cascavel-PR dos anos de 1952 a 2023**. 2024. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024.

JACOBINA, L. F.; PAIVA, I. L. de. «Aconchego do Lar»: Discutindo o Serviço de Acolhimento Familiar. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 43-65, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2020000100043&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2024.

MACHADO, I. L. de O.; ALBUQUERQUE, A. Papel do Estado quanto à vulnerabilidade e proteção de adultos com deficiência intelectual. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 65–79, 2019. DOI: 10.17566/ciads.v8i1.510. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/510>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MEDEIROS, F. C. N. Pessoas com Deficiência: Um Estudo sobre o Debate e sua Interface com o Serviço Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/18021>. Acesso em: 21 mar. 2024.

PEREIRA, N. M. dos S. **A vivência do luto no processo de aposentadoria**. 2020. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Anhanguera, Osasco, 2020.

RAMM, E. V.; MACHADO, T. F. Os avanços históricos conquistados pelas pessoas com deficiência. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 8,

n. 6, p. 474–486, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5817>. Acesso em: 1 mar. 2024.

RAMOS, N. Deficiência, cultura, família e migração: desafios e perspectivas de acolhimento e intervenção. *In*: LOURO, C.; GRONITA, J. (coords.). **Intervenção social e deficiência**. Lisboa: Universidade Aberta, 2022. p. 72-92. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/12740>. Acesso em: 1 mar. 2024.

ROCHA, K. G. D. S. **Saúde mental na terceira idade: depressão em idosos após a aposentadoria à luz da psicologia**. 2022. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte, 2022.

SAMPAIO, T. B. **Metodologia da pesquisa**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, CTE, UAB, 2022.

SOUSA, G. S. de; SILVA, R. M. da; REINALDO, A. M. dos S.; SOARES, S. M.; GUTIERRES, D. M. D.; FIGUEIREDO, M. L. F. “A gente não é de ferro”: vivências de cuidadores familiares sobre o cuidado com idosos dependentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 27–36, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bk3BFy4P3jffFtmnnkCc74v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2024.

VIEIRA, N. F. G. **Análise do serviço público Família Acolhedora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**. 2020. 41 f. Monografia (Especialização em Projetos Sociais: formulação e monitoramento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ZAGO, A. C. G.; CALEIRO, A. L. C.; VELASCO, C. C. F. B.; SILVA, V. H. V. **Caracterização de famílias acolhedoras de bebês na cidade de Cascavel/PR**. 2022. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Univel, Cascavel, 2022.